



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Rua Sorbone, 375, .
 Centreville - CEP 13560-760, São Carlos-SP
 Fone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº: **0012502-68.2013.8.26.0566 - Ordem nº: 1562/2013**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação**
 Requerente: **Patricia Eline Calér, CPF 279.106.778-71 - Advogado (a) Dr(a). Felício Vanderlei Deriggi**
 Requerido: **TNL PCS S/A, CNPJ 04.164.616/0001-59 - Preposta: Simone Rodrigues Alves Seixas; Advogado Dr. Christian Abrão Barini, OAB/SP 181.695**

Aos 13 de novembro de 2013, às 16:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Auxiliar, Dr. **Daniel Felipe Scherer Borborema**, comigo Assistente Judiciário ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, bem como de seu(s) advogado(s). Iniciados os trabalhos, a proposta de conciliação restou infrutífera. Na sequência passou o MM. Juiz a tomar o depoimento da única testemunha trazida pela autora, em termos apartado. A ré não trouxe testemunhas. Findo o depoimento e não havendo mais provas a serem produzidas, o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e passou a proferir a seguinte sentença: "*Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9099/95. Decido. A autora comprovou a falha na prestação de serviço, por parte da ré, no que tange à internet móvel acessada por modem, objeto do contrato, pois em razão de incompatibilidades do modem com o Windows 8 a conexão caía incessantemente, impossibilitando o uso satisfatório do serviço. É o que verificamos a partir da inúmeras conexões em curtos períodos de tempo, comprovadas às fls. 20, 23/25, 28 dos autos – quer dizer, conseguia-se a conexão, que logo depois caía, forçando nova conexão. É também o que declarou a testemunha ouvida. A autora, portanto, teria o direito a restituição imediata da quantia paga com rescisão do contrato, sem prejuízo de perdas e danos (art. 20, II, CDC; art. 475, CC) - embora tenha pedido menos que isso (o que vincula o juiz, arts. 128 e 460, CPC). O serviço fornecido, no caso em tela, sem dúvida foi impróprio/inadequado ao fim que se destinava, pois não se conseguia conexões minimamente estáveis, em razão da incompatibilidade nos sistemas (art. 20, § 2º, CDC). A rescisão faz-se necessária, por culpa/responsabilidade da ré. A autora nada mais deve à ré, mero corolário do que foi dito acima. Quanto ao pedido de indenização por danos morais, porém, não se pode admiti-lo. É que a autora não comprovou tenha sofrido transtornos, frustrações ou abalos que desbordem da esfera dos meros aborrecimentos e incômodos a que todos estão sujeitos, na vida em sociedade. O pedido contraposto, pelas mesmas razões, não deve ser acolhido. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido originário e: A) RESCINDO o contrato existente entre as partes; B) DECLARO que a autora nada deve à ré; C) PROÍBO a ré de promover a inscrição do nome da autora em órgãos restritivos por força do contrato discutido nos autos, pena de multa diária de R\$ 50,00, até o limite de R\$ 3.000,00, confirmando a liminar de fls. 38. No mais, REJEITO o pedido contraposto. Com o trânsito em julgado terá início do prazo de 15 (quinze) dias para o réu efetuar o pagamento espontâneo da condenação, independentemente de nova intimação, sob pena ser acrescida a multa de 10% sobre o montante devido (art. 475-J do CPC), mas deixo de condenar a ré em custas e honorários de advogado, ante o que dispõe o art. 55 da Lei 9099/95. Publicada em audiência e intimados os presentes, REGISTRE-SE e CUMpra-SE". NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, _____ Claudemir Donizetti Saldanha, Assistente Judiciário, digitei.*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Rua Sorbone, 375, .
Centreville - CEP 13560-760, São Carlos-SP
Fone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

MM. Juiz: Daniel Felipe Scherer Borborema

Requerente:

Adv. Requerente(s): Felicio Vanderlei Deriggi

Requerida:

Adv. Requeridos(s): Dr. Christian Abrão Barini

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA